

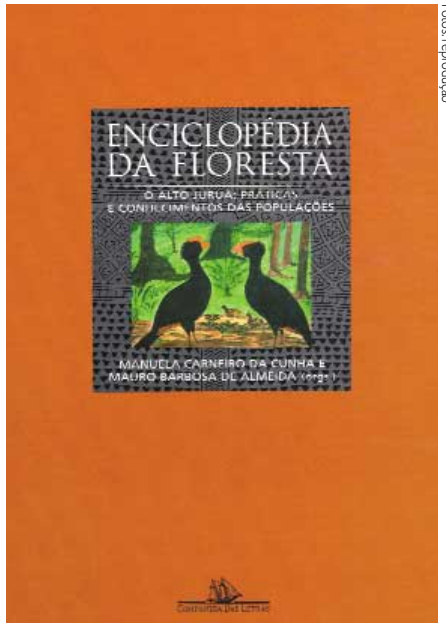
O SABER DA FLORESTA

Produzido entre as prévias da Eco-92 e da Rio + 10, *Enciclopédia da floresta – o Alto Juruá, práticas e conhecimentos das populações* aborda algo intensamente discutido quando o tema é a questão ambiental nos países em desenvolvimento e ricos em biodiversidade: o conhecimento tradicional.

O livro é uma edição primorosa, lançada em junho deste ano pela Companhia das Letras, que reúne em suas 735 páginas textos de 38 pesquisadores de diferentes áreas do saber, como biologia, geologia, botânica e antropologia. Fartamente ilustrado com imagens inéditas da região, tem como destaque os desenhos do índio Moysés Piyáko, que reproduz mitos sobre os elementos da natureza como as estações do ano, além do calendário ashaninka, presente na parte 3 do livro, que trata do “Tempo, ciclos e calendários”.

Do levantamento do conhecimento, da biodiversidade e das práticas tradicionais da região do Alto Juruá, no sudoeste do Acre, participaram seringueiros e os grupos indígenas Kaxinawá, Ashaninka e Katukina. A enciclopédia é fruto do projeto piloto na Reserva Extrativista do Alto Juruá, financiado pela Fundação MacArthur e coordenado pelos antropólogos Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida e pelo biólogo Keith Brown.

As pesquisas realizadas no projeto demonstram que é possível gerenciar



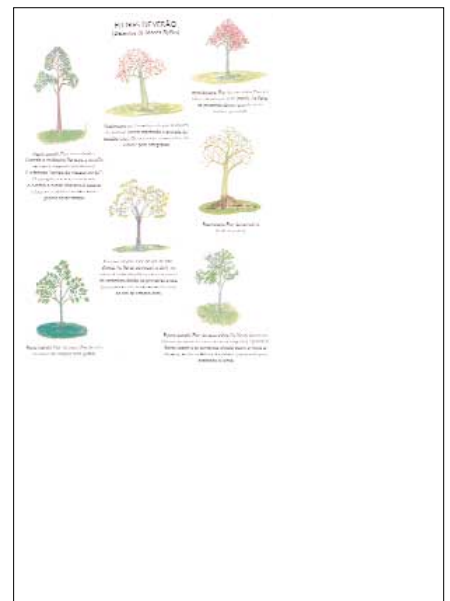
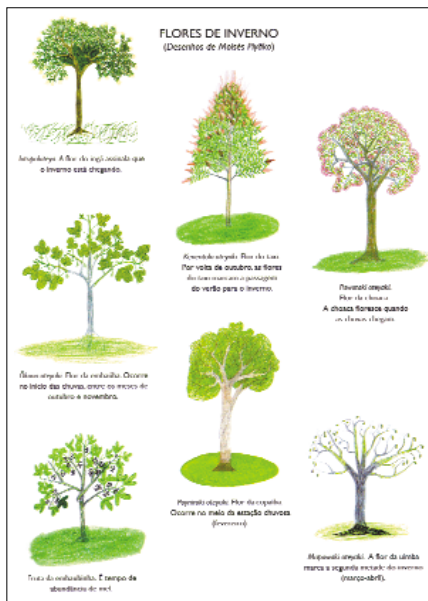
Fotos: reprodução

O conhecimento tradicional do Alto Juruá

áreas de conservação ambiental por nativos e, quando isso ocorre, o resultado é que biodiversidade é mantida e pode até crescer. Além de registrar a riqueza do conhecimento das populações nativas e importância da biodiversidade e da sociodiversidade, a *Enciclo-*

pédia da floresta reforça o reconhecimento do saber tradicional como forma de ciência válida. Ainda não existe uma legislação que proteja os conhecimentos tradicionais e persistem impasses acerca do tema, já tratado na Convenção da Biodiversidade de 1992. Por isso, e para proteger as comunidades locais, os organizadores do livro optaram por autocensurar na publicação várias informações que poderiam ter usos comerciais.

De acordo com um dos coordenadores, Mauro Almeida, como a legislação no Brasil ainda é incipiente nessa área e não protege adequadamente os direitos intelectuais das populações sobre seus conhecimentos, a publicação de certas informações as levaria para domínio público. “Uma vez no domínio público, a possibilidade das populações participarem dos benefícios de uma eventual utilização comercial destes conhecimentos fica ameaçada, dado o estado atual da legislação”, afirma o antropólogo.



Representação da natureza, com espécies florestais desenhadas por Moysés Piyáko